



**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 4º, DO ARTIGO 8º, DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, COM A PRESENÇA DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, SENHOR PAULO ELI, REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2021, ÀS 10H, DE FORMA SEMIPRESENCIAL, NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhoras Deputadas, senhores Deputados, muito bom-dia! Vamos dar início à nossa audiência pública da Comissão de Finanças e Tributação para tratarmos da apresentação do Relatório de Metas Fiscais do 1º quadrimestre de 2021.

Quero, aqui, primeiro cumprimentar sua excelência, o senhor Secretário de Estado da Fazenda Paulo Eli, cumprimentar também a senhora Michele Patrícia Roncalio, Secretária Adjunta da mesma Pasta, bem como também o senhor Jefferson Fernando Grande, diretor de Contabilidade e Informações Fiscais da Secretaria da Fazenda. Quero dar os nossos cumprimentos e as boas-vindas ao Deputado Tiago Frigo, que momentaneamente está substituindo o Deputado Coronel Mocellin – mesmo não fazendo parte como membro da Comissão de Finanças, sua excelência pode participar e seja bem-vindo. Também registro a presença do Deputado Bruno Souza.

Senhoras Deputadas e senhores Deputados, é com muito orgulho e com muita satisfação que nós, hoje, parabenizamos quatro Municípios que fazem aniversário em Santa Catarina. Quero cumprimentar, em primeiro lugar, a cidade de Joaçaba, administrada pelo Prefeito Bigode, o Prefeito Ragnini, que hoje completa 104 anos – antigamente Joaçaba, Deputada Luciane Carminatti, se chamava Cruzeiro –, e de Joaçaba se desmembraram 28 outros Municípios em Santa Catarina, Secretário Paulo Eli. Também parabenizo a cidade de Chapecó, que hoje também comemora 104 anos e que já se tornou a quinta mais importante cidade de Santa Catarina. Há anos nós dizíamos que Chapecó era a vitrine do Grande Oeste de Santa Catarina, e esse jargão já deixou de existir porque hoje nos orgulha muito dizer que Chapecó está dentre as cinco principais cidades de Santa Catarina com apenas 104 anos de emancipação político-administrativa. A terceira cidade que com muito orgulho cumprimento, do meu amigo Ronaldo, é Herval d'Oeste, que faz 68 anos de emancipação político-administrativa, e, na sequência, cumprimento a querida cidade de Luzerna, que hoje completa 26 anos de idade. Então, a toda a população dessas quatro cidades os cumprimentos não só do Deputado Marcos Vieira, mas eu quero crer que de todos os membros da Comissão de Finanças e Tributação.

Os nossos parabéns aos Prefeitos, aos Vice-Prefeitos, aos Vereadores, a todas as lideranças, mas sobretudo à população, que ao longo desses anos todos tem se dedicado para fazer com que cada um desses Municípios orgulhe Santa Catarina.

A dinâmica da nossa audiência pública será da seguinte forma: vou passar a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda, senhor Paulo Eli, depois para o senhor Jefferson, que é o diretor de Contabilidade, e depois à senhora Michele Roncalio. Depois da apresentação dos três, nós vamos ouvir os senhores Deputados e as senhoras Deputadas.

Então eu passo a palavra a sua excelência, o senhor Secretário de Estado da Fazenda, mas antes, Secretário, se me permite, quero aqui registrar um ofício recebido da eminente



Deputada Ana Campagnolo comunicando a sua saída da Comissão e indicando o Deputado Jessé Lopes, que a partir de hoje passa a ser membro titular da Comissão de Finanças e Tributação.

Secretário Paulo Eli, vossa excelência está com a palavra.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Bom dia, senhores, senhor Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, senhores Deputados, senhoras Deputadas, prezadas senhoras e prezados senhores ouvintes e que estão assistindo pelo YouTube via Assembleia Legislativa.

As contas do Estado estão melhorando a cada quadrimestre. Nós vamos apresentar hoje aqui as contas relativas ao 1º quadrimestre do ano de 2021 comparadas ao 1º quadrimestre do ano de 2020 e fazendo uma perspectiva em relação aos projetos que nós estamos desenvolvendo para sanear financeiramente o Estado. Nós estamos num processo de melhoria constante.

A primeira vez que eu apresentei as contas aqui foi em 2018, eu apresentei as contas relativas a 2017, então desde 2017 nós usamos esse ano como ano-base. As contas de 2018 foram melhores que as de 2017, as contas de 2019 foram melhores que as de 2018, as contas de 2020 foram melhores que as de 2019 e as contas de 2021 são melhores que as de 2020. E isso é fruto de um esforço muito grande do Estado e da iniciativa privada, porque o Estado sobrevive de tributos pagos pela iniciativa privada, que revertem em serviços para o cidadão, sendo que o Estado é o responsável pelo bom gerenciamento desses recursos.

Nós devemos lembrar que estamos num momento de recuperação econômica do Estado de Santa Catarina, fruto de um trabalho feito durante muitos anos pelo Estado, principalmente pela Secretaria da Fazenda e pelos órgãos de desenvolvimento econômico, a fim de atrair empresas para que se instalassem no Estado, de manter as empresas que aqui estão e de manter o apoio do Estado a todos os setores econômicos que nós temos – e nós temos muitos setores que são conhecidos mundialmente pelos seus produtos e isso se reverte em negócios para Santa Catarina e, conseqüentemente, se reverte em arrecadação para o Estado.

De todo modo, das contas do Estado de 2019 em diante o Governador Moisés determinou à Secretaria da Fazenda que montasse um planejamento estratégico, tático e operacional para a recuperação financeira do Estado, e isso nós estamos fazendo nesses três anos. O Governador encomendou um projeto de recuperação financeira do Estado para sobrar recursos para investimento e melhoria dos serviços públicos – nós montamos esse planejamento com o Governador até o ano de 2026 –, e montamos toda uma estruturação de grandes obras de investimento no Estado, de melhoria de todos os serviços de saúde, serviço de educação para gerar mais emprego e mais negócios no Estado.

Então nós estamos elaborando a peça orçamentária do ano que vem e a reavaliação do PPA, porque nós estamos montando um projeto de investimento para o Estado para os próximos cinco anos na visão do ano de 2035, e isso é fruto da recuperação financeira do Estado.

O Jefferson vai apresentar agora as contas em relação ao 1º quadrimestre, depois eu e a Michele ficamos aqui para responder às perguntas dos senhores e alguns pontos vitais em relação à recuperação financeira do Estado, que depende de infraestrutura e mobilidade. Nós sabemos que as rodovias federais são as principais artérias de escoamento de produção e de mobilidade do Estado de Santa Catarina; as rodovias estaduais são rodovias secundárias e alimentam essas rodovias federais; e as rodovias municipais são vicinais que alimentam as rodovias estaduais. Todo esse complexo logístico precisa de muitos investimentos para que as empresas tenham redução de custos de produção e acesso aos mercados. Então esse é o objetivo do Estado, é prestar serviços. E agora nós vamos prestar contas do 1º quadrimestre de 2021 em relação ao ano passado.



Obrigado, Deputado. E agora eu passo a palavra para o Jefferson.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Antes, senhor Secretário, quero registrar a presença da eminente Deputada Marlene Fengler, bem como do Deputado Sílvio Dreveck e do Deputado Bruno Souza. Sejam bem-vindos.

Com a palavra o senhor Jefferson Fernando Grande, diretor de Contabilidade e Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Bom dia, senhores, nobres Deputados e Deputadas, aos demais presentes e aos que nos assistem.

Nós vamos iniciar, então, a apresentação das contas relativas ao 1º quadrimestre de 2021, sempre comparando com os resultados do mesmo período de 2020.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)

Os resultados que vamos apresentar podem ser consultados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 2º bimestre de 2021 e também no Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2021, ambos já publicados no Diário Oficial, disponíveis no Portal da Transparência e também já enviados para esta Casa.

Iniciamos, então, pelo resultado orçamentário. Ao final do 1º quadrimestre de 2021 nós tivemos um superávit de R\$ 1,58 bilhão, considerando-se aí uma receita arrecadada de R\$ 10,72 bilhões contra uma despesa empenhada de R\$ 9,15 bilhões. Fazendo um comparativo com o mesmo período de 2020, vemos que o superávit em 2020 foi de R\$ 0,98 bilhão.

Iniciando essa análise pela arrecadação, a arrecadação bruta agora em 2021, nesse 1º quadrimestre, somou R\$ 15,19 bilhões, a maior parte obviamente vem de impostos, 75,5% correspondente a R\$ 11,47 bilhões, e o restante são transferências correntes com R\$ 2,47 bilhões, contribuições com R\$ 0,74 bilhão e as demais receitas somam R\$ 0,52 bilhão.

Analisando essa receita bruta no prisma da receita líquida, nós tivemos então, como já falado, no 1º quadrimestre 2021 uma receita bruta de R\$ 15,19 bilhões, sendo que parte dessa receita, no total de R\$ 4,47 bilhões, é contabilizada a título de dedução, ou seja, a parte que o Estado reparte com os Municípios, que envia para o Fundeb e de outras deduções, como restituições e ressarcimentos, resultando numa receita líquida, que é a que de fato fica nos cofres do Estado, de R\$ 10,72 bilhões. No 1º quadrimestre de 2020 nós tínhamos alcançado para o mesmo período do ano R\$ 9,28 bilhões. *[Transcrição: Ana Paula Da Luz Sanzovo Alencar / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira]*

Em termos apenas de arrecadação tributária, aquela que advém dos tributos que o Estado cobra, nós tivemos no 1º quadrimestre de 2021 um total arrecadado de R\$ 11,468 milhões, arrecadação essa 18,6 % maior que a do mesmo período de 2020, que foi de R\$ 9,7 milhões.

Analisando os dados ali *(mostra imagem)*, a gente percebe que o ICMS é a maior receita em termos de arrecadação tributária, somando no 1º quadrimestre de 2021 um total de R\$ 9,4 milhões. Nós temos também aquilo que consideramos como arrecadação tributária, mas que são tributos arrecadados pela União e que ela reparte então com os Estados: nós recebemos no 1º quadrimestre de 2021 o valor de R\$ 809 milhões contra R\$ 569 milhões recebidos no mesmo período de 2020. A maior parte, obviamente, é o FPE, o Fundo de Participação dos Estados, cujo valor arrecadado nesse 1º quadrimestre foi de R\$ 539 milhões, depois vem a cota-parte do IPI, a cota-parte da Cide e este ano passamos também a receber recursos advindos da Lei Complementar 176, no total de R\$ 122 milhões. Todas aqui transferências da União.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Só para destacar que a Lei Complementar 176, de 2020, aprovada em dezembro, foi uma luta de todos os Estados a respeito da restituição da Lei Kandir e os Estados então, até 2035, não é, Paulo, passam a contar com essa restituição. Foi uma



negociação perante o Supremo Tribunal Federal e a gente começou a receber em janeiro deste ano, com a declaração.

Destaco também que esse comparativo deve mudar no próximo quadrimestre, porque ano passado, no 2º quadrimestre e não nesse primeiro, a gente recebeu da União de transferências da Lei Complementar 176, que não foi impactado aqui no 1º quadrimestre, o.k?

Então, só para esclarecer a Lei Complementar 176, que realmente foi uma conquista dos Estados em revisão da Lei Kandir e que teve também grande apoio e mobilização desta Casa.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – *(Continua com a apresentação.)*

Aqui *(mostra imagem)* a receita analisada sob três prismas, iniciando pela Receita Corrente Líquida, que é a base para fins dos cálculos e limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então a RCL, no 1º quadrimestre de 2021, somou R\$ 9,84 bilhões contra R\$ 8,29 bilhões em 2020, um aumento de 18,8%, em relação ao ano anterior. A RLI, que é a Receita Líquida de Impostos, que serve como base para os mínimos constitucionais, mínimos de aplicação em educação, em saúde, somou no 1º quadrimestre de 2021 R\$ 8,83 bilhões contra R\$ 7,48 bilhões do mesmo período em 2020; e a RLD, que é a Receita Líquida Disponível, que é a receita tomada como base para os duodécimos, para a repartição com os Poderes, no 1º quadrimestre de 2021 somou R\$ 7,17 bilhões, um aumento de 17,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando tivemos uma arrecadação de R\$ 6,08 bilhões.

Aqui *(mostra imagem)* especificando em termos de RLD o que foi repassado a esta Casa e aos demais Poderes. Nós tivemos, até o final do 1º quadrimestre de 2021, R\$ 675 milhões para o TJ, R\$ 311 milhões para a Alesc, R\$ 285 milhões para o Ministério Público, R\$ 119 milhões para o Tribunal de Contas, R\$ 179 milhões para a Udesc e R\$ 12 milhões para o Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, totalizando R\$ 1,581 bilhão de repartição nesse 1º quadrimestre.

Agora analisando algumas questões relativas à despesa. Nós iniciamos o exercício em 2021 com uma LOA, com um orçamento de despesas aprovado de R\$ 31,75 bilhões, que é a despesa fixada na LOA; até o final do 1º quadrimestre nós tivemos um montante de R\$ 3,30 bilhões de créditos adicionais, que são adições ao orçamento com base em superávit, com base em excesso de arrecadação e outros fatores, totalizando uma despesa autorizada até o final do 1º quadrimestre de 2021 de R\$ 35,05 bilhões. Desse total de despesa autorizada, nós tivemos R\$ 11,17 bilhões de despesa empenhada e, desse total, R\$ 9,15 bilhões já foram liquidadas.

Aqui *(mostra imagem)* a gente espelha esse valor das despesas liquidadas por Poderes, por Casas. Nós tivemos R\$ 0,03 bilhão já liquidado para a Defensoria Pública, R\$ 0,28 bilhão para o Ministério Público, R\$ 0,29 bilhão para a Assembleia Legislativa, acho que aqui incluindo o Tribunal de Contas também, R\$ 0,79 para o Judiciário. A gente separa ali o que é liquidado pelo Regime Próprio de Previdência Social, que totalizou R\$ 2,18 bilhões, e pelo Poder Executivo de uma maneira geral R\$ 5,59 bilhões. Ali vocês também verificam a variação em relação ao mesmo período do ano passado que foi liquidado por cada um dos Poderes.

Esta imagem *(aponta para a tela)* mostra a mesma despesa liquidada, mas por área, separamos as principais áreas de governo, aquelas com maior valor. Então na Previdência Social nós tivemos um valor liquidado até o 1º quadrimestre de 2021 de R\$ 2,4 bilhões, no setor de Educação ou na função educação, uma linguagem orçamentária, nós tivemos R\$ 1,2 bilhão, na Saúde R\$ 1,3 bilhão, na Segurança Pública, R\$ 883 milhões e daí nas demais funções, nas demais áreas somadas R\$ 3,2 bilhões, total liquidado, como já falado antes, foi de R\$ 9,14 bilhões.



O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Chamando a atenção, Jefferson, em relação à despesa com saúde no 1º quadrimestre, nós tivemos um incremento de 24,4% em função do apoio que o Estado está fazendo na pandemia. Então aumentou muito os gastos com saúde em relação ao mesmo quadrimestre do ano passado.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Exato.

(Continua com a apresentação.)

Aqui *(mostra imagem)* as despesas liquidadas por grupo. Então para fins orçamentários há toda uma classificação orçamentária que divide as despesas por grupo, por natureza de despesa. Portanto, para o pagamento da dívida pública, até o final do 1º quadrimestre de 2021, nós tivemos R\$ 0,55 milhões, um acréscimo de 66% em relação a 2020, lembrando que... Acho que nesse mesmo período de 2020 não havia ainda a suspensão do pagamento da dívida, não é?

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Não, aqui é mais a variação do dólar. Teve suspensão de um mês apenas, mas a principal causa foi a variação da moeda estrangeira. Foram, sim, dois meses de suspensão da dívida da União, especificamente.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Sim.

Então nos investimentos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Secretária, me perdoe, mas a variação de 66% está calculada...

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Duas coisas, são dois meses, março e abril do ano passado, que teve a suspensão da dívida da União e este ano o pagamento da dívida retornou normalmente nesse 1º quadrimestre e também houve a variação de algumas dívidas em função do dólar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Eu chamo a atenção, porque não está errado o cálculo ali, não?

(Pausa.)

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – É 34%.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – É 34%. Eu acho que esse cálculo ali ficou em relação a outro gráfico semestral, que não é o publicado ainda.

Obrigada pela correção, Deputado.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Perfeito.

(Continua com a apresentação.)

Continuando então, os investimentos, que compreendem as obras e a aquisição de equipamentos, nós tivemos um total liquidado de R\$ 0,33 bilhões, um acréscimo de 24% em relação ao mesmo período do ano anterior; a manutenção de serviços públicos, que são as despesas correntes como um todo, nós tivemos R\$ 2,22 bilhões liquidados até final do 1º quadrimestre de 2021; e a folha de pagamento com R\$ 6,05 bilhões, 6% a mais que o valor liquidado no mesmo período do ano passado.

Aqui *(mostra imagem)* um detalhamento da despesa com pessoal do Poder Executivo. A despesa total com o pessoal, que é o valor que se considera para fins de Lei de Responsabilidade Fiscal, somou ao final do 1º quadrimestre de 2021 R\$ 12 bilhões; ali temos o detalhamento da questão dos inativos e das pensionistas, nós tivemos um total de inativos e pensionistas que somou na folha de pagamento de R\$ 6,4 milhões. Para fins LRF a gente deduz a parte dessas despesas que foram custeadas com as próprias contribuições dos servidores, então, na verdade, tivemos um total de inativos considerados para fins de LRF como despesa com pessoal de R\$ 4,7 milhões. Então a despesa total com pessoal sem os inativos e sem os pensionistas, considerando só o pessoal ativo, totalizou ao final do 1º quadrimestre de 2021 27% da Receita Corrente Líquida, que é a base para fins de Lei de



Responsabilidade Fiscal. Mas o total que a lei exige, que nós consideramos como despesa com pessoal, incluindo uma parte dos inativos e das pensionistas, nós fechamos o 1º quadrimestre com um percentual de 43,61% de comprometimento da Receita Corrente Líquida com gasto com pessoal.

No *slide* seguinte...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Só quero chamar a atenção que esse é o acumulado sempre dos últimos doze meses. Então se acumula doze meses sempre.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – Exato, bem observado, Secretário.
(*Continua com a apresentação.*)

Então aqui no gráfico (*mostra gráfico*) a gente consegue comparar esses percentuais com os limites da lei. Então o limite máximo que o Poder Executivo pode comprometer da sua Receita Corrente Líquida é de 49%; nós temos o limite prudencial que é 46,55% e o limite de alerta que é 44,10%. Então o 1º quadrimestre de 2021, como bem frisado pelo Secretário, para fins de LRF sempre os cálculos consideram os últimos doze meses, nós fechamos com 43,61%, ou seja, abaixo inclusive do limite de alerta.

Aqui (*aponta para o gráfico*) a gente colocou o mesmo período dos últimos quatro anos, e lá em 2018 a gente fechou com 48,99%, muito próximo do limite legal, depois foi para 47,71%, no mesmo período do ano passado a gente fechou com 46,05% e agora com 43,61%. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) — Só quero chamar a atenção que o limite de alerta é o nosso limite de gestão, agora. Nós não queremos mais ultrapassar o limite de alerta, porque o comprometimento de folha impacta diretamente na falta de recursos para investimentos. Para a melhoria dos serviços públicos do Estado nós precisamos dividir a despesa do Estado em folha, custeio e investimentos, e a folha estava ocupando o lugar dos investimentos.

Então é só para chamar a atenção que o 44,10% é o nosso limite de gestão e nós não vamos deixar ultrapassar esse limite, é um limite de alerta para a gestão financeira do Estado.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE — (*Continua com a apresentação.*)

Aqui, então, os valores que foram liquidados no 1º quadrimestre especificamente, só essa divisão entre gastos com pessoal ativo e gastos com pessoal inativo e pensionistas. Então, no 1º quadrimestre de 2021 os gastos com inativos e pensionistas foram de R\$ 2,15 bilhões e com os servidores ativos de R\$ 2,79 bilhões.

Como nós sabemos, em termos de despesa também temos alguns limites constitucionais a cumprir, e um deles é a aplicação mínima em desenvolvimento da educação, que são 25% da Receita Líquida de Impostos. Nós fechamos, considerando os dados do 1º quadrimestre de 2021, com 20,63% da Receita Líquida de Impostos com gastos em educação – lembrando sempre que esse limite é publicado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, é monitorado durante o ano, mas na verdade a obrigação em si é verificada, para fins constitucionais de aprovação de contas, só ao final do exercício. O gráfico mostra como estava também essa aplicação no 1º quadrimestre dos quatro anos anteriores.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) — Só deixa eu fazer uma intervenção aqui.

Pela emenda constitucional que foi aprovada no ano passado, nós não podemos mais usar os inativos para fazer a diferença e temos que utilizar também o piso de 70% do Fundeb para a folha. Então todos os projetos que nós estamos trabalhando agora com educação, para melhoria da educação, a remuneração mínima garantida é para cumprir também os 25% da educação sem inativos. Esse é um esforço que nós estamos fazendo agora; nós estamos com



20,63% e vocês notaram que a despesa com educação aumentou para R\$ 1,821 em comparação ao R\$ 1,721. Apesar do aumento dos gastos dos investimentos em educação, o nosso percentual está reduzindo, porque nós estamos tendo uma fenomenal recuperação da Receita em função das atividades econômicas estarem a pleno vapor. Então nós temos um dever de casa, nesse semestre agora, de chegar nos 25% sem inativos, por determinação constitucional.

Até o ano passado alguns Tribunais de Contas do País aceitavam, outros não aceitavam, mas não havia uma determinação constitucional para o cumprimento dos 25% sem os inativos. De todo modo, agora nós somos obrigados a cumprir, e também fazer um grande projeto de investimento em educação, principalmente no Ensino Médio, o Novo Ensino Médio vai levar grande parcela desses recursos.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE — *(Continua com a apresentação.)*

Esta imagem (*aponta para a tabela*) mostra um pouco mais detalhado como se deu essa aplicação no 1º quadrimestre em educação. Então a Receita Líquida de Impostos foi de R\$ 8,8 bilhões, o valor mínimo a aplicar em educação, considerando os 25%, seria de R\$ 2,2 bilhões. O total de despesas que foram consideradas no mínimo constitucional – sempre lembrando que não são todas as despesas em educação que computam para fins de limite, visto que a base é a Receita Líquida de Impostos – somou R\$ 1,8 milhões, resultando no percentual que foi apresentado anteriormente de 20,63%.

Nós tivemos um gasto com inativos na educação de R\$ 754 milhões, mas como já frisado pelo Secretário, até o ano passado nós vínhamos considerando 30% desse valor como gasto em educação para fins de cumprimento do limite, este ano nós não consideramos nada em função da alteração constitucional. Além disso, nós também executamos despesas em educação em outras fontes que não computam para o mínimo, mas que são também despesas em educação, ou seja, no 1º quadrimestre de 2021 tivemos um total de R\$ 816 milhões contra R\$ 62 milhões no mesmo período do ano passado.

Então, se nós considerássemos todas as fontes de recursos, não só o que advém dos impostos, nós estaríamos com um percentual de 29,86% de aplicação em educação.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) — Jefferson, um adendo.

Lembramos que são despesas liquidadas. No quadrimestre nós somos obrigados a publicar as despesas liquidadas no percentual, mas no final do ano são consideradas as despesas devidamente empenhadas com disponibilidade de caixa, e esse é o nosso esforço também, com disponibilidade de caixa para cobri-las e não termos problemas novamente nessa área de resto a pagar sem cobertura de caixa.

O detalhe aqui também é que como nós apresentamos no último relatório, nós tivemos, sim, dificuldades de investimentos na educação no ano passado, principalmente por não termos aula presencial e pela falta de alguns insumos. Então, dentro desses R\$ 816 milhões, por exemplo, existe o superávit do ano passado do Fundeb, que ficou em cerca de R\$ 77 milhões, e é recurso específico da educação, mas não computa, assim como o FNDE, que também não computa no nosso mínimo e o salário-educação. São as principais fontes de recursos que não computam no mínimo constitucional, mas, sim, são oriundos também da política de arrecadação própria do Estado, como o Fundeb do ano anterior, que ficou sobrando e não aplicado; não contou nem para o ano passado nem para este ano.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE — *(Continua com a apresentação.)*

Agora, com essa mesma análise, mas na função saúde, na qual nós também temos uma aplicação mínima dos impostos arrecadados, que no caso da saúde é de 12%. Então nós fechamos o 1º quadrimestre de 2021 com uma aplicação de 13,05%, maior do que o percentual verificado no mesmo período dos últimos três anos.



A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) — Em termos de valores, R\$ 1,15 bi em saúde, e destaco que aqui também é despesa liquidada, como está lá no rodapé. Se nós considerarmos as despesas empenhadas em saúde comprometidas com os convênios, e não só com os convênios, mas com toda a questão do PHC, da Política Hospitalar, chegou a fechar em 18% de despesa empenhada do 1º quadrimestre.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE — *(Continua com a apresentação.)*

Então, o total de despesas liquidadas, consideradas como despesas com saúde para fins de limites, como já mencionado, fechou o 1º quadrimestre de 2021 em R\$ 1,15 bilhões, contra R\$ 932 milhões no mesmo período do ano passado, percentual de 13,05% - esse percentual, ao final do 1º quadrimestre de 2020, estava em 12,46%. E assim como na educação, na área de saúde nós também temos despesas que são custeadas com outras fontes de recursos, que não somam aqui para fins de limite, mas que alcançaram um total de R\$ 213 milhões nesse 1º quadrimestre de 2021, e no ano passado, nesse mesmo período, foi de R\$ 183 milhões.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) — Deixa eu fazer só um adendo.

A LOA, que está vindo para esta Casa no mês que vem, propõe 15% dos investimentos em saúde, porque nós entendemos que a saúde é a despesa que mais vai subir nos próximos anos, e nós estamos trabalhando nos grandes projetos da nova saúde, com o apoio forte aos hospitais filantrópicos, para que eles possam atender a população catarinense. Nós temos uma demanda em relação à manutenção das atuais UTIs disponíveis, sem desativá-las – nós estamos pagando este ano as UTIs e elas não estão sendo utilizadas, porque elas são um seguro contra a Covid. Então nós vamos pagar as UTIs enquanto nós estivermos em pandemia, enquanto estivermos em estado de calamidade pública. Depois a manutenção dessas 1.500 UTIs serão para as cirurgias eletivas, já que nós temos em torno de 100 mil cirurgias eletivas hoje represadas, e a manutenção dessas UTIs é necessária para diminuir o represamento das cirurgias eletivas.

Então, esse é o trabalho e os 15% na LOA para 2022 basicamente são para atender essa demanda reprimida em relação às cirurgias eletivas.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE — *(Continua com a apresentação.)*

Aqui *(mostra imagem)* alguns dados em relação a recursos recebidos e gastos com o enfrentamento da Covid, que nós já estamos apresentando desde o ano passado. Então em 2020 o Poder Executivo recebeu aporte da União, também desta Casa, do Tribunal de Contas, e continua neste ano recebendo também recursos do governo federal via SUS, o que já tinha ocorrido no ano anterior, e também comparando com as despesas executadas, foram utilizados R\$ 633 milhões dos recursos do próprio Poder Executivo, que não foram recebidos de outros Poderes ou de doações, etc.

Aqui *(aponta para a tabela)* o valor das despesas com o enfrentamento à Covid dispendido. Em 2020 nós fechamos com R\$ 345 milhões e agora, em 2021, já temos R\$ 310 milhões – esses são valores empenhados, depois nós temos os valores liquidados e os valores pagos. Isso com recursos da Fonte 100, ou seja, são recursos do próprio Poder Executivo.

Tivemos também R\$ 291 milhões empenhados em 2020 e R\$ 128 milhões empenhados agora em 2021, com recursos de outras fontes, que são essas doações, recursos que vieram da União, conforme mencionado anteriormente.

Aqui, nós temos um cenário dos investimentos realizados pelo Poder Executivo, e volto a frisar que os investimentos são obras, aquisição de equipamentos. Nós tivemos um valor liquidado até o final do 1º quadrimestre de 2021 de R\$ 200 milhões, um valor um pouco menor do que o verificado no mesmo período de 2021, que foi de R\$ 211 milhões. No



entanto, destaca-se aqui o valor dos investimentos com recursos próprios, esse teve um aumento em relação ao ano de 2020. No 1º quadrimestre de 2020 nós tínhamos liquidado como investimentos R\$ 146 milhões e este ano, no 1º quadrimestre, nós já temos R\$ 183 milhões. E obviamente que também se faz investimento com operações de crédito, com recursos de convênios, mas esses, como vocês percebem, foram valores bem inferiores considerando-se o que foi investido com recursos próprios. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Aqui (*mostra gráfico*) alguns dados da Previdência estadual, do Regime Próprio de Previdência. Como resultado previdenciário do 1º quadrimestre nos últimos quatro anos nós temos R\$ 1,7 bilhão de déficit, de resultado previdenciário negativo agora no 1º quadrimestre de 2021, considerando ali uma receita previdenciária de R\$ 0,78 bilhão e uma despesa de R\$ 2,47 bilhões. No gráfico à direita (*aponta para a imagem*), a gente tem esses valores da despesa previdenciária no 1º quadrimestre de 2021 por área: 31,1% com inativos da educação; 7,2% com inativos da saúde; os militares são 22%; e as demais áreas do pessoal civil somam 39,7%.

Dados da dívida consolidada, que são apurados também para fins de Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós encerramos o 1º quadrimestre de 2021 com uma dívida consolidada de R\$ 16,83 bilhões, que se comparando com a Receita Corrente Líquida dos últimos... Aqui também são valores do cálculo para fins de Lei de Responsabilidade Fiscal, sempre considerando os últimos doze meses, então nós fechamos com 59,26% da nossa Receita Corrente Líquida comprometida com dívida pública. O limite legal é 200%.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Aqui um detalhe, e o Secretário já explanou, mas só enfatizando. Olhando o gráfico anterior de investimentos com recursos próprios versus esse gráfico, a busca do Estado foi desendividar o Estado buscando investimento e, sim, buscando novas operações de crédito para projetos estruturantes que estão sendo planejados nesse tópico que o Secretário falou, dos revisados.

Aqui é bom citar que a dívida consolidada inclui os precatórios, e desde 2018 eles estão completamente em dia, certo? Então, além da dívida de operação de crédito, digamos assim, ter sido paga, tem os precatórios, e nós estamos cumprindo o plano de pagamentos normalmente.

O SR. JEFFERSON FERNANDO GRANDE – (*Continua com a apresentação.*)

Aqui também são alguns limites para fins de Lei de Responsabilidade Fiscal. Então operações de crédito obtidas até o final do 1º quadrimestre de 2021 versus a Receita Corrente Líquida, a gente não teve a obtenção de novas operações de crédito, portanto estamos abaixo do limite, que seria de 16% - na verdade a gente está sem operações de crédito obtidas. E também em relação às garantias concedidas, nós estamos com 3,83% da nossa Receita Corrente Líquida de garantias concedidas, sendo que o limite legal é de 22%.

Aqui um panorama da execução de restos a pagar. Nós iniciamos o ano de 2021 com R\$ 831 milhões de restos a pagar inscritos, sendo que desse montante até o final de abril deste ano – isso o Poder Executivo – nós já pagamos R\$ 582 milhões; R\$ 235 milhões foram cancelados, ou seja, são restos que não se efetivaram, e ainda tínhamos R\$ 13,8 milhões de restos a pagar, pendentes de pagamento.

Considerando o total consolidado com todos os Poderes, nós tivemos uma inscrição de restos a pagar de R\$ 922 milhões; sendo que R\$ 636 milhões já foram pagos, R\$ 266 milhões foram cancelados e R\$ 14,7 milhões a pagar. É importante frisar que esse valor cancelado tende a não se alterar, porque o nosso limite para cancelamento de restos a pagar no Poder Executivo era final de fevereiro. Então, caso ainda tenha algum valor a ser cancelado, provavelmente são nos demais Poderes, mas acredito também que não teremos mais mudança nesse valor.



Por fim, aqui temos (*mostra gráfico*) um panorama do pagamento de precatórios. Até o final do 1º quadrimestre de 2021 nós tínhamos um pagamento de precatórios de R\$ 161 milhões, um valor bastante superior ao mesmo período de 2018, ao mesmo período de 2019. Comparando com 2020, nesse mesmo período nós tínhamos R\$ 223 milhões já pagos, mas aqui é importante frisar que atualmente nós consideramos como pagos, contabilmente, os valores que foram repassados ao Tribunal de Justiça, dos quais nós já recebemos a informação do pagamento e para quem foi pago. Se nós considerarmos apenas o valor que já foi repassado financeiramente para o Tribunal de Justiça, mas que nós ainda não recebemos as informações de pagamento, nós já repassamos, até abril, o valor de R\$ 231 milhões – aqui foi mais até uma mudança de contabilização, provavelmente no 2º quadrimestre nós já teremos um valor bem maior, porque daí já teremos o retorno do que foi pago e para quem foi pago, e é esse o valor que a gente está considerando aqui.

Assim sendo, terminamos a apresentação, agradeço a atenção de todos e devolvo a palavra ao Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Agradeço a participação do senhor Jefferson Grande, que é o diretor de Contabilidade e Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda.

Passo a palavra à Secretária Adjunta. Quer falar, Michele?

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – Não, já fiz as considerações durante a apresentação. Fico à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O.k., eu lhe agradeço.

Então devolvo a palavra ao Secretário Paulo Eli e, depois do seu comentário, vou abrir a palavra aos senhores Deputados.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – O senhor pode abrir a palavra aos senhores Deputados, porque eu também já fiz as minhas considerações durante a apresentação. Depois vamos respondendo às perguntas dos senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra a primeira inscrita, a eminente Deputada Luciane Carminatti. Vossa excelência está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Bom dia. Quero cumprimentá-lo, Presidente, e os demais colegas Deputados e as colegas Deputadas; cumprimentar o Secretário Paulo Eli e da mesma forma a Michele e toda a equipe da Fazenda, em nome do Jefferson.

O que nós percebemos nesse 1º quadrimestre é um visível aumento da arrecadação do Estado e as contas em dia. Resumidamente eu diria isso, para começar bem o ano de 2021.

Quais são as questões que eu gostaria de apontar, tendo em vista que eu presido a Comissão de Educação e nós criamos no início do ano, muito antes do anúncio do Governador em relação à PEC da Remuneração Mínima, uma Comissão Mista formada por sete Deputados escolhidos em três Comissões, a qual eu presido e o Deputado Vicente Caropreso é o nosso Relator. Nós já fizemos quatro audiências, na primeira estive presente o Secretário da Administração, Tasca, o Secretário da Educação, Vampiro, e o Chefe da Casa Civil, Eron Giordani, e naquela ocasião, embora a reunião que aconteceu tenha sido um dia após o anúncio do Governador em relação à remuneração mínima, nós pautamos desde a primeira reunião e desde a criação da Comissão, tratando isso na Casa Civil, que o nosso foco é piso e carreira.

Então eu quero aqui retomar o debate em relação à fala do Secretário Paulo Eli. Veja bem, nós temos uma carreira achatada, a remuneração mínima contemplou mais ou menos



dois terços do Magistério, mas eu visitei, entre a semana passada e esta semana, quase trinta escolas estaduais e nós estamos com grande parte dos educadores bastante indignada, porque não alterou o seu vencimento, né? Vocês sabem, inclusive está na justificativa da PEC, que uma parcela grande do Magistério não receberá nada, porque nós temos uma carreira achatada – quem tem graduação, especialização, mestrado ou doutorado está praticamente ganhando a mesma coisa.

Eu quero dizer com isso que, com os números que foram apresentados, 20,63% e não 25%, na PEC que foi enviada e aprovada na Assembleia, não eram 70% os primeiros quatro meses de investimentos na folha em relação ao Fundeb, 62,33%, certo? Então estamos abaixo dos 70%, estamos abaixo dos 25% e nós temos mais os inativos a contar a partir deste ano em função da Emenda Constitucional 108, né? Eu quero dizer que a equação vai se fechando: nós temos um terço do Magistério de fora e nós temos o compromisso público do Governador, do Secretário da Educação, do Secretário da Administração e eu quero crer que da Fazenda também, no sentido de melhorarmos e avançarmos na carreira do Magistério.

Então a pergunta que eu faço aqui não sei se é ao Paulo Eli ou à Michele, mas eu quero ouvir de vocês que nós vamos, de fato, valorizar a carreira do Magistério. Não ignoro e não menosprezo o avanço que houve em relação à remuneração mínima, mas a remuneração mínima atingiu os ACTs com prioridade, 91,79%, ou seja, não é a carreira, é quem é contratado, é quem é contratado. Então a minha pergunta é: primeiro, o que sobra para a carreira, qual será o montante a ser investido na carreira, considerando esses números, tendo em vista que nós precisamos também aumentar o que foi investido em manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando esses indicadores e o crescimento do Fundeb para este ano. Qual é a reserva que está posta, a Fazenda já tem a estimativa de qual é a reserva posta para investimento na carreira do Magistério? [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Eu tinha feito, Presidente, três apontamentos. Então além da carreira, eu acho que o Estado precisa focar nas cirurgias eletivas, questão que já foi muito bem apontada e fico feliz que tenha uma prioridade nisso, pois já temos cem mil catarinenses em todo o Estado aguardando cirurgias. Está dramática essa situação. Mas tem um outro fator que eu gostaria de ponderar aqui: nós estamos tratando da criação da lei do Fundo de Habitação Popular, que foi enviado pelo Executivo, e nós precisamos prever um montante também significativo na LOA, porque fundo sem recurso não é fundo, não é? Nós já avançamos na CCJ e precisamos avançar em relação a isso.

São essas as ponderações que eu gostaria de fazer, mas o foco da minha pergunta é: quanto teremos para a carreira, já que é um compromisso do Governador e dos Secretários, portanto eu entendo do governo do Estado.

Obrigada e parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Obrigado, Deputada Luciane Carminatti.

Vamos ouvir agora a Deputada Marlene Fengler e, em seguida, o senhor Secretário dará a sua resposta.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER – Bom dia, senhor Presidente; bom dia, Secretário Paulo Eli; Michele; Jefferson; e toda a equipe que organizou essa apresentação. Quero parabenizá-los pela apresentação e dizer que é muito bom ouvir que o Estado está fazendo o seu dever de casa, ouvir esses números, que são muito bons.

Uma das minhas perguntas é a mesma que a Deputada Luciane fez, com relação à carreira dos professores, que ela já explicou muito bem.

Um outro questionamento é mais uma curiosidade, para saber se já existe na verdade uma estimativa do superávit até o final do ano, porque a gente sabe que já teve um bom



percentual agora e provavelmente vai ser maior ainda. Então se existe uma estimativa e qual é a previsão, porque na apresentação não teve a discriminação de algumas áreas do que já foi executado.

Portanto, o que o Estado já executou na infraestrutura do que estava previsto na LOA? A previsão é de que seja executado tudo o que está previsto? E em tendo superávit, a previsão é também ter uma execução maior? Considerando também que aprovamos aqui os R\$ 350 milhões que serão investidos nas BRs e mais os R\$ 100 milhões que também vão ser destinados para as BRs, tem uma previsão do quanto será investido na infraestrutura?

Como o senhor muito bem falou, essa é uma área extremamente importante para o nosso Estado, e falando mais especificamente da região oeste, porque considerando que tudo aquilo que é produzido no Estado é escoado pelas nossas rodovias, pelos nossos corredores rodoviários, que realmente precisam de uma recuperação.

Seriam esses os meus questionamentos, parabenizando mais uma vez toda a equipe da Secretaria da Fazenda pela apresentação e pelo excelente trabalho que está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Secretário Paulo Eli com a palavra.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Obrigado, Deputadas.

Bom, em relação à fala da Deputada Luciane Carminatti. Nós temos limites e temos pisos, temos mínimos e temos máximos, e nós temos que cumprir os 25% da educação sem computar inativos. Então essa engenharia financeira nós estamos montando, mas, de todo modo, todos os fatores são levados em conta.

Nós temos o déficit da Previdência. Como a senhora sabe, hoje nós temos a metade dos professores aposentados, então qualquer item que for acrescido ao servidor ativo atinge, no mesmo patamar, o servidor inativo. E o servidor inativo não conta para o 25%, mas o Estado tem que desembolsar caixa.

Nós temos a poupança corrente, que é o artigo 176-A da Constituição Federal, que não permite mais que as despesas correntes ultrapassem certos limites para forçar os Estados, a União e os Municípios terem poupança corrente, que é a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente. Então, o limite de 95% simplesmente congela o Estado, os Municípios e a União pelos próximos dezoito meses. Nós temos um limite de alerta, vamos dizer assim, que é de 85% e estamos hoje nos 82%, e nós não queremos passar o limite de 85%, porque ele vai acionar um gatilho, e se acionar esse gatilho nós estamos impedidos de fazer qualquer reposição salarial.

Então o nosso modelo ideal, tradicional de gestão, do artigo 176-A da Constituição Federal é termos a diferença entre despesa corrente e receita corrente de 75%. Nós vamos lutar para ter no futuro 75%, aí nós vamos ter dinheiro para pagar a dívida, vamos ter dinheiro para pagar os fornecedores em dia e vamos ter dinheiro para fazer muitos investimentos. Então essas contas... e nós temos o limite da folha.

Então, Deputada Carminatti, nós vamos cumprir os 25% da educação e vamos valorizar o professor. A primeira ação desenvolvida este ano foi em relação à remuneração mínima garantida, que vai atingir dois terços do Magistério. E nós temos agora que trabalhar na evolução disso, como a descompactação da tabela, que nós estamos trabalhando em questões deste ano ainda e em questões que estamos incluindo na LOA do ano que vem. A nova educação que está nascendo em Santa Catarina é fruto dessa parceria entre a Assembleia Legislativa e o governo do Estado.

De todo modo, eu não tenho como precisar quanto nós vamos ter de recursos para a educação, porque nós estamos fechando o mês de agosto agora, mas os recursos serão significativos. De todo modo, a carreira do Magistério vai ser muito valorizada.



Com relação à colocação da Deputada Marlene, o superávit deste ano... No ano passado nós tivemos superávit orçamentário, e superávit orçamentário não quer dizer que seja superávit financeiro – nós temos que separar nisso.

De todo modo este ano, em função da 173, nós estamos nos limites de pessoal e da questão da despesa de custeio em função da poupança corrente. Nós conseguimos atingir neste mês de julho 83% da despesa corrente, então nós vamos ter um superávit, mas eu não sei ainda precisar.

Com relação ao orçamento da infraestrutura, hoje ela tem um orçamento de quase R\$ 1,7 bilhão e está vindo a esta Casa para colocar mais R\$ 100 milhões, então basicamente um orçamento de R\$ 1,8 bilhão. E qual é a dificuldade da infraestrutura? A dificuldade da infraestrutura são os projetos licenciados. Então, vocês imaginem que desde a concepção de um projeto, o EVTEA, o licenciamento do EVTEA, a licitação do projeto, a execução do projeto, o licenciamento do projeto, o início da obra, muitas vezes demora dois anos, três anos. Então apesar de ter recursos orçamentários, nós não conseguimos executar várias obras por falta de projeto de licenciamento ambiental. A infraestrutura tem muitos projetos hoje na rua para serem licenciados para iniciar as obras e dar a ordem de serviço.

De todo modo, todo o superávit que nós vamos ter hoje na Secretaria da Infraestrutura vai migrar automaticamente para o orçamento da infraestrutura do ano que vem. Acredito que o orçamento da infraestrutura, mais o que está na LOA e mais o orçamento que vai ser superavitário este ano, ano que vem nós teremos um orçamento da infraestrutura superior a R\$ 2 bilhões. Então, quiçá, espero que todos os projetos que estão em execução estejam licenciados e aptos para serem licitados para iniciar as obras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Silvio Dreveck com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SILVIO DREVECK – Obrigado.

Senhor Presidente, Deputado Marcos Vieira, senhores Deputados e senhoras Deputadas; minha saudação ao Secretário Paulo Eli; à senhora Michele; e ao Jefferson.

Eu tenho apenas duas indagações. Uma é com relação ao ITCMD, se esse imposto é compartilhado com os Municípios, ou com outras instituições, ou ele é exclusivo do Estado. A segunda pergunta é com relação a nossa dívida do Estado com a União: qual é o montante – se é que é possível dar essa informação no dia de hoje, porque no mês seguinte pode ser diferente? Mas só para termos uma ideia de quanto ela está representando hoje para nós. Seriam essas duas indagações.

Ao mesmo tempo, quero reconhecer aqui não só a apresentação, mas, sim, o trabalho de toda a equipe do governo, Secretário, que está empenhada, dedicada, todos com responsabilidade e compromisso fazendo com que o nosso Estado possa ter uma saúde financeira saudável. O que é muito bom não só para nós, mas para todos os catarinenses, e como sempre vai se tornar mais uma vez referência no quesito do controle das contas públicas, o que é para todos nós, catarinenses, uma satisfação e um enorme orgulho também poder contar com uma equipe que tem essa grande responsabilidade. Então o meu reconhecimento.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Tiago Frigo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL TIAGO FRIGO – Bom dia, senhor Presidente, demais Deputados, Secretário Paulo Eli e toda a sua equipe.

Primeiramente eu quero parabenizá-los pelo trabalho e pela apresentação. Mas desde que eu assumi o mandato no lugar do Coronel Mocellin, na última quinta-feira, eu recebi diversas demandas e questionamentos dos catarinenses, principalmente pela questão do preço dos combustíveis.



Eu queria que o Secretário explicasse, para tirar uma dúvida, com relação à sistemática da média do ICMS do combustível e se existe prazo para atualizar a média ponderada, se isso é discricionário ou não, e se existe alguma possibilidade real, concreta desse ICMS, da questão do combustível, ser baixado ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Secretário Paulo Eli com a palavra.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Bom, primeiro vou responder o Deputado Silvio Dreveck. Obrigada, Deputado.

A estocagem da dívida do Estado com a União hoje é de R\$ 9,9 bilhões e nós pagamos em Tabela Price R\$ 47,6 milhões por mês até o ano de 2048. Então essa é a dívida, é um legado do Estado, é um legado que nós só gerenciamos e pagamos. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Com relação ao ITCMD, esse é o único tributo exclusivo do Estado que ele reparte somente com os Poderes, ou seja, do ente federativo não tem repartição com os Municípios. O ITCMD é um imposto sobre patrimônio na transmissão em *causa mortis* ou doações, cuja cobrança nós estamos aprimorando e está tendo um grande incremento de arrecadação. O IPVA nós não temos como expandir a sua arrecadação, a não ser aumentando a alíquota, o que não é objetivo do Estado, apesar dos Estados vizinhos estarem pressionando, porque no Rio Grande do Sul é de 4%, em Santa Catarina é de 2% e no Paraná é de 3,5%, mas nós não temos a intenção de aumentar a alíquota do IPVA – este, sim, metade é com o Estado e metade com o Município. O ITCMD é o único tributo, além das taxas, que é exclusivamente do Estado.

Nós contratamos a Consultoria Fipe para fazer a atualização dos imóveis e, agora, quando as pessoas vão fazer a sua doação ou receber uma herança, na hora de preencher a Dime, tem uma tabela de referência, que é a Fipe que faz, como faz do IPVA para nós, em relação à valorização dos imóveis. Antigamente um imóvel que valesse R\$ 1 milhão, se fosse declarado no valor de R\$ 100 mil o Estado aceitava e não questionava. Agora nós temos mais elementos para questionar o valor da tabela e a arrecadação do ITCMD realmente está crescendo bastante e sua gestão está melhor.

Deputado Frigo, hoje essa é a maior questão em relação aos combustíveis. Desde 2018, quando o governo federal decidiu que a Petrobrás cobraria a gasolina em dólar, o diesel tem disparado e o ICMS do Estado, em relação ao diesel e à gasolina, não mudou. A nossa alíquota da gasolina de ICMS é de 25%, há mais de trinta anos, a do diesel, desde o governo Kleinübing, é 12%. Isso nunca mudou.

Então, desde que o Supremo Tribunal Federal decidiu que a substituição tributária não é mais definitiva, o ICMS é o preço praticado na bomba pelo posto. A Petrobrás só faz uma antecipação do imposto em relação à pauta que nós publicamos a cada quinze dias, a cada mês, que é uma pesquisa de preço que nós fazemos e informamos para o Confaz, aí ele publica a portaria, publica o Ato Cotepe, a Petrobrás antecipa para o Tesouro o dinheiro do posto sobre aquela tabela e o posto tem que recolher a diferença, se ele vender a um preço superior da tabela; se ele vender a gasolina abaixo do valor da tabela que a Petrobrás antecipou, o Estado restitui. No ano passado e este ano o Estado já restituiu mais de R\$ 100 milhões para os postos de gasolina, já que antes da disparada de preços, em meados do início do ano passado, alguns postos vendiam abaixo da pauta, outros acima e sempre faziam a complementação ou a restituição. A alíquota de ICMS de 12% sobre o diesel em Santa Catarina é uma das mais baixas do País; em São Paulo aumentou para 14%; no Rio Grande do Sul e no Paraná é de 12% também; em alguns Estados é de 18%; no Distrito Federal é de 15%, mas diz que vai reduzir agora. A alíquota da gasolina no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Minas Gerais... no Rio de Janeiro a alíquota é 34%, a nossa é 25% e no Paraná e no Rio Grande do Sul é de 29%. Esses são os patamares.



Infelizmente nós somos um dos maiores produtores de petróleo do mundo, nós somos autossuficientes em petróleo e a nossa companhia estatal é autorizada a cobrar o preço da gasolina em dólar, então, se o dólar varia, tem variação na bomba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno Souza com a palavra, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Bom dia, Secretário Paulo Eli, Jefferson, Michele e todos os integrantes da Casa.

Secretário Paulo Eli, eu espero que o senhor não confunda a minha fala, eu nada tenho contra o senhor, mas tenho argumentos diferentes e percepções também diferentes sobre algumas questões que o senhor por vezes expressa. Então, espero que o senhor não confunda a minha argumentação com nada pessoal, porque não é assim que eu levo.

Primeiro eu gostaria de fazer uma correção numa fala do Secretário Paulo Eli quando disse, abre aspas, a recuperação do Estado é fruto do trabalho do Estado. Eu discordo, Secretário, eu discordo veementemente, porque Santa Catarina é um Estado produtivo da porta para dentro da empresa; da porta para fora nós somos improdutivo, nós temos um contencioso tributário do tamanho de 77% do nosso PIB. Chile, México e Argentina têm, em média, 0,5%. Então, o empreendedor brasileiro e o catarinense conseguem se recuperar por conta deles, do trabalho deles, apesar de o Estado ir superando as dificuldades que lhe são impostas. Eu apenas gostaria de deixar clara essa minha visão diferente dos motivos da recuperação.

Eu também gostaria aqui de fazer um alerta à Secretaria. Muitas vezes os senhores fazem um trabalho do qual eu discordo um pouco, em vez de passar uma percepção responsável e realista da situação financeira do Estado, muitas vezes eu vejo que o incentivo é para que se mostre que o governo tem feito de forma responsável o seu trabalho. Eu começo aqui citando o exemplo do ano passado, 2020, em que eu não vi, em nenhum momento, os senhores explicando os motivos reais do superávit que nós tivemos no ano passado. Os senhores não fizeram isso! O que aconteceu? O debate nesta Casa foi de que a condição financeira do Estado estava muito boa. E o Tribunal de Contas do Estado fez, o que eu acredito que vocês deveriam ter feito, uma análise do resultado do ano passado, ele retirou da receita o 1,77, R\$ 770 milhões que foram repassados da União para o Estado, incluiu também o pagamento do principal da dívida com a União e também a amortização, os juros e encargos da dívida. Resultado: não fosse essa situação excepcional e pontual de nós recebermos repasses da União e não pagarmos o principal, nem os juros, o Tribunal de Contas do Estado calculou que nós teríamos um déficit, no ano passado, de R\$ 746 milhões.

Os senhores não alertaram esta Casa a respeito, os senhores não deixaram isso claro, os senhores permitiram que a percepção fosse de saúde financeira no Estado. E eu acredito que essa não seja a forma mais responsável de lidar com a situação.

Os senhores me desculpem falar, mas eu também acho que faltou algo nas suas exposições sobre o motivo pelo qual nós estamos conseguindo ter uma boa receita tributária. Eu não ouvi da boca de ninguém aqui hoje a palavra inflação, e os senhores sabem muito bem que a inflação influencia e muito a arrecadação do Estado. Eu cito, por exemplo, a inflação em transportes, no combustível, como acabou de citar o Deputado Frigo. Os senhores tiveram 16% no aumento da base de cálculo tributário pela inflação. E eu cito aqui também alimentos e bebida, 13,25%; energia, 11%; artigos de residência, 12,21%. O IPCA acumulado nos últimos doze meses é de 8,99%.

Senhores, vamos falar a verdade, vamos começar a considerar a inflação também, vamos separar o que é aumento de recuperação da atividade econômica do que é aumento da base de cálculo por mera inflação! Eu não ouvi os senhores falando a respeito, e seria responsável passar para esta Casa essa mensagem da realidade, porque senão ficamos com dois discursos antagônicos aqui! Os senhores, por um lado, dizem que a situação está muito



boa e, aí, surgem incentivos políticos, cobranças, pressões nesta Casa para que se aumente a despesa corrente, mas daí os senhores dizem: não, espera aí, a situação não está tão boa assim. Qual discurso é verdadeiro? É o de que a situação está boa ou o de que a situação é momentânea? É o de que nós estamos numa situação confortável, porque o Estado está realmente produzindo mais e por isso arrecadando mais, ou porque nós estamos com uma inflação acumulada alta?

É importante os senhores sempre passem a percepção exata da situação do Estado, percepção, inclusive, que esta semana foi atualizada pela agência de classificação de risco Fitch Ratings, que como os senhores bem sabem, rebaixou a nota de crédito do Estado de Santa Catarina. Então é importante os senhores passem a situação verdadeira.

Eu também tenho aqui em mãos o RREO do primeiro semestre, que é o Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Pois bem, considerando as despesas extraorçamentárias e intraorçamentárias, os senhores apontaram uma receita atualizada para este ano de R\$ 31.749 bilhões. Entretanto, apontaram uma despesa atualizada para este ano – atualizando a previsão inicial de R\$ 32.981 bilhões – de R\$ 36.419 bilhões. Eu não sei se foi um erro material na hora de alimentar o RREO, mas pela previsão dos dados dos senhores, nós temos um déficit para este ano, pela previsão dos dados alimentados pela Secretaria da Fazenda.

Então eu gostaria de pedir que os senhores explicassem esse RREO – está aqui a página se precisarem –, explicassem esses dados para mim. Eu gostaria também que os senhores me explicassem qual é o efeito da inflação no aumento da arrecadação tributária... Melhor, eu vou fazer um pedido, e vou fazer uma indicação formal pela Assembleia Legislativa, para que os senhores apresentem isso nos próximos relatórios: o que é influência da inflação e o que é aumento da atividade econômica. Isso é importante para que nós possamos ver com clareza o que está acontecendo aqui. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

E para não dizer que eu apenas fui duro com vocês, eu gostaria de falar que fiquei muito feliz quando vi que a meta agora é o limite prudencial para a LRF. Isso é ótimo. Infelizmente na gestão pública brasileira muitas vezes o sinal amarelo é visto como um sinal para acelerar e passar logo e não parar e segurar. Entretanto, nós precisamos fazer alguma coisa, se essa é a meta, porque se incluirmos todas as particularidades que são excluídas da LRF, a nossa despesa atual com pessoal é de 53,30% - esse dado não é meu, é da Diretoria do Tesouro do Estado, esse dado é de vocês. Então é importante que tenhamos muito cuidado com isso.

E também gostaria de deixar uma pergunta aqui, porque na verdade, Secretário Paulo Eli, o nosso comprometimento da receita corrente com despesa corrente não está em 83%, está em 88,74% - dados da Diretoria do Tesouro do Estado também -, e com 88,74% de comprometimento da receita corrente com despesa corrente nós podemos fazer uso do artigo da Emenda Constitucional nº 109, de 2021. Então eu gostaria de saber se os senhores também pretendem fazer uso do que prevê a Emenda Constitucional nº 109, de 2021, que faculta o Estado tomar ações de controle de crescimento da despesa corrente a partir de 85% de comprometimento da receita corrente com despesa corrente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Jerry Comper.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – Senhor Presidente e demais amigos, colegas Deputados, quero cumprimentar o nosso Secretário Paulo Eli, a Michele e o Jefferson e parabenizá-los pelo grande trabalho que fazem.



Queria fazer o registro da presença nesta audiência do Vereador Jorge Luiz da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras, do Vereador Lucas Fernando da Maia, da Nádia e do Felipe. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Secretário, o Estado só está tendo sucesso, só está dando certo porque tem pessoas como vocês na Secretaria da Fazenda que fazem um grande trabalho, senão nós, o Governador não estaria entregando obras, Deputado Silvio. E esta Comissão e esta Casa aqui aprovaram investimentos de R\$ 200 milhões na BR-470, mais R\$ 100 milhões na BR-163, mais R\$ 100 milhões na BR-280, e agora vem mais, e por quê? Porque vocês fazem um grande trabalho.

E aquilo que o Secretário falou, eu gostaria, sim, que nós, juntos, que fazemos parte do mesmo time, possamos ir em busca de melhor qualidade de vida para todos os catarinenses. Eu acredito que o Estado está bem graças a vocês, mas nós temos 21 Associações de Municípios, Deputada Marlene, e para termos mais investimentos, principalmente em infraestrutura, eu acredito que nós deveríamos buscar as Associações de Municípios para que nos ajudem nos projetos, porque hoje nós não temos projetos. Vejam bem, vamos pegar a região do Alto Vale, a região que eu represento, a Amavi, que é a maior do Estado, com 28 Municípios, e lá nós temos obras importantes, estradas que nós iríamos tirar da BR-470, como exemplo Botuverá/Vidal Ramos, Rio do Oeste/Taió, enfim, Santa Terezinha/116. Eu gostaria que nós, juntos, fôssemos ao encontro das Associações de Municípios para que elas possam nos ajudar, ajudar o Estado a buscar projetos para levar qualidade de vida para os catarinenses.

Eu quero agradecer o trabalho de vocês e parabenizá-los pelo que fazem. Se temos esse sucesso, é graças a muitas mãos, mas principalmente à [mão da] Secretaria de Estado da Fazenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Secretário Paulo Eli, o senhor tem a palavra.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Bem, vou responder primeiro ao Deputado Bruno.

A sua primeira afirmação em relação à minha afirmação de que eu não levei em conta a iniciativa privada, nós podemos pedir a gravação aqui da reunião para mostrar que a recuperação do Estado é fruto da iniciativa privada. Isso eu afirmei desde o início, se o senhor pegar a gravação vai ver. O Estado tem que oferecer um ambiente competitivo, tem que oferecer infraestrutura, tem que oferecer segurança nos negócios e segurança para as pessoas trabalharem, mas o resultado financeiro do Estado é fruto dos negócios da iniciativa privada, porque o Estado cobra tributos e ele tem que gerenciar bem.

Em relação à inflação, os nossos demonstrativos aqui são os padronizados na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas se os senhores quiserem marcar uma audiência, uma hora, para discutir realmente a situação financeira que não seja nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós estamos aptos para sentar e discutir. Eu concordo com o senhor quando diz que na folha, 44,10% é o limite de alerta e que nós precisamos realmente ficar abaixo, mas nós temos aquelas despesas que não contam, como no ano que vem as OSs vão ser incluídas. O meu sonho, como Secretário da Fazenda, é que a despesa de pessoal reflita o caixa, e realmente já foi 58% e agora está 53%, porque todo serviço terceirizado não entra na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas no ano que vem vão entrar as OSs e no ano seguinte vão entrar os serviços terceirizados, porque de todo modo são pessoas que nós pagamos por meio de empresas para prestarem serviço público, então eles devem computar, sim, na Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas essa é uma luta que nós ainda estamos trabalhando, tanto é que Santa Catarina foi favorável à inclusão das OSs e nós vamos incluir no ano que vem.



Quanto à inflação, realmente a inflação de 8% dos últimos doze meses tem grande parte na arrecadação, a inflação dos combustíveis ajudou o Estado na arrecadação também, então a inflação tem um componente, sim, mas ela não é só isso. Nós temos setores que cresceram 50% em arrecadação e se a inflação foi de 8%, não é por causa disso que esses setores cresceram. A inflação faz... tanto é que os nossos demonstrativos levam em consideração, não os da Lei de Responsabilidade Fiscal, que são demonstrativos contábeis, o aumento real ou a queda real. Isso, nos nossos demonstrativos gerenciais, nós usamos muito. A inflação é responsável, sim, pelo aumento de receita em algumas rubricas, não em todas.

Eu não disse para o senhor que a situação financeira do Estado está bem, eu disse, desde o início, que nós estamos melhorando. Esse melhoramento só vai encerrar no ano de 2024, 2025, porque nós temos uma dívida pública para pagar ainda. Em 2022 encerram os pagamentos do Bank of America, são 110 milhões de dólares por ano, então a partir do ano de 2023 nós teremos 110 milhões de dólares disponíveis no Tesouro para aplicar em investimentos. Então nós estamos literalmente melhorando.

Nós estamos trabalhando há três anos na contenção de despesa e no aumento de receita, mas não é suficiente, eu ainda digo para os senhores que todas as despesas elegíveis do Estado ainda não cabem no orçamento. Então não tem esse eufemismo de que o Estado tem dinheiro sobrando, pois o Estado realmente não tem dinheiro sobrando, o Estado tem o dinheiro contadinho para pagar as suas contas em dia, os seus fornecedores em dia, os salários em dia, inclusive com a antecipação do 13º salário.

Em relação ao RREO, a Michelle e o Jefferson... Mas eu gostaria que nós discutíssemos finanças públicas não na modalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas na questão de efetividade, realmente, da necessidade do serviço público.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – São três pontos. Primeiro respondendo à Deputada Marlene e já agradecendo ao diretor de Orçamento, que prontamente já respondeu.

Na Secretaria de Infraestrutura nós já tivemos empenhados 43% do orçamento, que foi lá aprovado inclusive com os créditos adicionais, Deputada Marlene. No entanto, não foi empenhado porque graças também à integração do governo do Estado com esta Casa, semana passada é que ficou bem encaminhada a questão das rodovias federais – esse também é um valor que está lá no orçamento, mas ainda não foi devidamente empenhado – e agora está em tratativa com o DNIT depois daquela audiência pública da semana passada.

Então, só complementando a informação do Secretário Paulo Eli, sobre o superávit não tem como dar uma estimativa, nós vamos implantar agora a PEC da remuneração mínima, que retroativo vai impactar nesse superávit que foi reservado inclusive, bem como a reforma da Previdência que vai ser implantada a partir de então, e desde já agradeço o empenho desta Casa na aprovação.

Sobre os tópicos que o Deputado Bruno apontou, complementando a resposta do Secretário Paulo Eli, no dia em que foram entregues as contas para o Tribunal de Contas, a gente enviou, conforme solicitação do Deputado, o Balanço Geral do Estado para o seu gabinete, e no Balanço Geral do Estado está, sim, Deputado, convido-o de novo a revisá-lo, a explicação da suspensão das dívidas, a explicação sobre a questão do superávit que foi apurado orçamentariamente. Isso foi enviado para o senhor e explicado, sendo atendidos vários assessores do senhor lá no primeiro... inclusive do último quadrimestre do ano quando foi apresentado nesta Casa.

Além disso, reexplico também que é muito complicado dizer que teria um déficit se não fosse essa suspensão de dívidas, já que elas só aconteceram porque teve a pandemia, só que de igual forma a arrecadação do Estado não foi melhor ano passado também por causa da pandemia. E, de igual forma, talvez muitas despesas que aconteceram na saúde, e não só na saúde, mas no enfrentamento à pandemia, também não fossem acontecer. Então, fazer



uma suposição de que teria um déficit, se não tivesse essa suspensão da dívida, que aconteceu por causa da pandemia, seria complicado se não olhar as outras variáveis, como por exemplo a arrecadação, que não cresceu por causa também da pandemia.

Sobre a questão da Capag, o relatório do Tesouro que o senhor comenta versus a 167, são dois índices que agora, felizmente, a União está revisando em função do artigo 167-A, da Emenda Constitucional 109. Existem duas metodologias, e a metodologia que o senhor aponta no relatório do Tesouro é a da Capag, que é trianual com despesa, inclusive considerando a dedução dos Municípios como se despesa fosse, dedução que o senhor Deputado Silvio Dreveck questionou sobre IPVA, sobre ICMS, essa dedução, na verdade, é uma dedução de receita, nós só somos cobradores e não empenhamos isso como despesa. Na Capag, para fins da Capag, é como se o repasse obrigatório aos Municípios despesa fosse, inclusive está em audiência pública até o dia 4 de setembro a revisão dessa metodologia para, de repente, verificar com base na nova metodologia do artigo 167-A, da Emenda Constitucional 109. [*Transcrição: Lucas Valente Munhoz Madeira / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi*]

Se o senhor desejar, eu posso mandar para o seu gabinete a avaliação do próprio Tribunal de Contas sobre o... menor do que 85% e 83,69% que o Secretário falou, porque aí são doze meses como a Receita Corrente Líquida, diferentemente da Capag que considera ano fechado e média trienal, ou seja, os últimos três anos. Então, por isso essa diferença que o senhor mencionou. Estamos, sim, em 83,69% pela metodologia do 167-A e em 88% foi o fechamento da medição Capag, em que poupança corrente é um dos índices, além do endividamento, que demonstramos aqui que o Estado melhorou bastante, e da liquidez.

Sobre o RREO, da parte de orçamento, a gente aumenta a autorização de despesa com outras fontes, além da receita arrecadada no próprio ano. O diretor Jefferson demonstrou aqui que além do orçamento inicial, por exemplo, no primeiro quadrimestre tiveram R\$ 3,3 bilhões de créditos adicionais abertos em função, por exemplo, do superávit financeiro do ano passado, em função de novos convênios captados, em função de excesso de arrecadação, que na parte da receita, fica a previsão inicial da receita.

Talvez seja uma metodologia equivocada da nossa lei orçamentária; a Lei 4.320 está para ser revisada há quinze anos no Congresso Nacional, mas abre-se crédito adicional autorizando novas despesas por outras fontes que não só a arrecadação do ano em curso, por isso essa diferença que é apontada. Mas na nossa metodologia de controle existe a programação financeira quadrimestral também, não é, Secretário?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Hum, hum.

A SRA. SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESTADO MICHELE PATRÍCIA RONCALIO (SC) – O Secretário foi quem encabeçou essa implantação. Nós sempre observamos a autorização, daí, sim, de empenho *versus* programação financeira com base naquilo que está entrando em caixa. Já a peça orçamentária mais os créditos adicionais sempre vão variar em relação à receita prevista inicialmente falando, certo? Então essa é a explicação que eu tinha que lhes dar.

Quero agradecer novamente o apoio desta Casa nos projetos importantes para o controle financeiro do Estado e reiterar o que o Secretário falou: com certeza nós temos feito um trabalho muito próximo com a iniciativa privada e com as federações para buscar essa recuperação econômica.

Obrigada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL BRUNO SOUZA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno, vossa excelência já teve a sua participação e o Secretário Paulo Eli ainda precisa responder o Deputado Jerry.

Secretário Paulo Eli com a palavra.



O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Respondendo ainda ao Deputado Bruno, na realidade o artigo 167-A da Constituição Federal é a nossa Bíblia agora, na metodologia que nós estamos consolidando. Eu gostaria que as gestões públicas não precisassem que estivesse escrito na Constituição aquilo que devem fazer, de limites, sublimites, pisos, tetos e assim por diante. Então, como método de gestão, a Secretaria da Fazenda vai considerar o artigo 167-A, da Constituição Federal, como um norte e nós sempre vamos buscá-lo. O meu ideal... realmente eu acho os 85% ainda muito elevado, o gatilho deveria ser a partir dos 75%, porque nós precisamos de muito recurso para investimento.

Com relação à fala do Deputado Jerry, as rodovias federais no Estado de Santa Catarina são as artérias principais por onde a nossa iniciativa privada escoia a sua produção, são as rodovias que levam todos os nossos produtos para os mercados interno e externo, já as rodovias estaduais são complementares e as municipais também. O Estado tem hoje programado para os próximos cinco anos R\$ 7 bilhões no fluxo de caixa para as rodovias estaduais e municipais e temos mais R\$ 2 bilhões no fluxo de caixa para a segurança hídrica, só que as rodovias estaduais precisam de projetos. Agora, de nada adianta uma rodovia estadual estar bonitinha se a rodovia federal está esburacada. A rodovia federal entre Indaial e Rio do Sul, a BR-470, não tem nem projeto de terceira pista, está cheia de buracos e nós temos que trabalhar nisso.

Com a ajuda desta Casa, nós conseguimos uma autorização para aportar R\$ 350 milhões nas rodovias federais e estamos mandando um projeto pedindo mais R\$ 100 milhões. Agora, as rodovias federais precisam de investimentos de R\$ 5 bilhões em Santa Catarina e nós precisamos que elas fiquem prontas. Então nós temos que fazer uma discussão com esta Casa para ver até onde nós podemos avançar nisso, porque não podemos esperar que no ano que vem tenhamos mais cem mortes na BR-470. Não podemos esperar! Nós temos que resolver todas essas questões com os senhores para ver qual tipo de autorização legislativa os senhores vão dar ao Executivo para que aporte recursos em rodovias federais, porque o governo federal precisa investir em rodovias federais e não tem dotação orçamentária, o governo federal gastou praticamente todo o seu dinheiro com o Auxílio Emergencial para as pessoas, para Estados e Municípios.

Deputado Jerry, nós precisamos realmente dar efetividade aos nossos projetos das rodovias estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Sargento Lima, como último inscrito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Presidente Marcos Vieira, Secretário Paulo Eli, demais Deputados e servidores, obviamente que a gente consegue enxergar isso e o senhor já deu a resposta numa única frase à pergunta levantada pelo Deputado Bruno sobre essa aparente melhora. Hoje em dia é moda inventar novos termos, a economia está “desmelhorando”, é isso, Deputado? Ela está “desmelhorando”, pelo que foi explicado, e o sucesso disso está aliado ao trabalho da iniciativa privada também. Esses recursos não estão sendo investidos tão pesadamente dentro do Estado de Santa Catarina para a infraestrutura, porém chegaram até aqui recursos destinados à saúde e ao Auxílio Emergencial, o que ajudou muito o Estado de Santa Catarina a atingir esse “desmelhoramento” que estamos vendo hoje, esse processo aparentemente pouco fundamentado.

A minha pergunta, voltando ao que o Deputado Frigo perguntou, é que existe uma média... O senhor falou que estão sendo feitas restituições que acompanham essa média, que há diferença entre Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e em Santa Catarina realmente é melhor, mas precisamos aliar aquilo que é divulgado e aquilo que é prático.



Ultimamente estou tendo constantes encontros e acompanhando o transporte de carga no Estado de Santa Catarina – nessa última semana, por questões óbvias, intensificou-se o meu contato com os caminhoneiros, com as empresas transportadoras – e o sujeito abastece o mínimo para chegar a Curitiba ou para poder passar no Paraná e vai abastecer lá, mesmo a nossa alíquota sendo menor, Deputado Bruno; ele coloca o mínimo para atravessar e deixa para abastecer e completar o tanque no Estado do Paraná.

Então a gente fica se perguntando: se (*ininteligível*) desse uma média, e eu gostaria de saber do senhor qual a média que é acompanhada, se ela passa dos R\$ 7,00, que mais tarde isso vai ser restituído também, se essa é a média aqui no Estado estabelecida, se é R\$ 7,74, se é R\$ 7,14? Que número é esse que está sendo feito... lógico, é cobrado através dessa média e o que for a mais do que for vendido na bomba, o senhor mesmo disse, está sendo feita a restituição. E por que na realidade acontece o contrário? O sujeito tem 3.500 litros no tanque, coloca o suficiente para atravessar e ir para um Estado que a alíquota dele é maior, se não é o ICMS que está sendo diretamente responsável por isso? Essa é a minha pergunta para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Secretário Paulo Eli com a palavra, para finalizar.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Deputado Sargento Lima, o preço de pauta da Secretaria da Fazenda da gasolina, junto com o preço pesquisado no último mês, é R\$ 5,40. É o que está em vigor hoje: R\$ 5,40. Nós fazemos a pesquisa de mercado e o preço da bomba é livre. Então o posto que vende a R\$ 5,80 tem que recolher a diferença, para o posto que vende a R\$ 5,30, o Estado restitui. É assim que funciona. E com o diesel é a mesma coisa.

Na realidade nós vivemos numa economia de livre mercado na qual o preço da bomba é praticado pelo dono do posto, de acordo com os seus custos, mas a alíquota do ICMS e a do diesel não muda há muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, quero agradecer a presença do Secretário de Estado Paulo Eli, da Secretária Adjunta Michele Roncalio, e do senhor Jefferson Fernando Grande, que é o diretor de Contabilidade e Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, e parabenizar toda a estrutura da Secretaria da Fazenda, bem como todos os quarenta Deputados, que ao longo desta Legislatura vêm contribuindo muito para que o Estado pudesse alcançar os índices que hoje tem. Começamos em 2019 com toda a revisão dos benefícios fiscais, com a substituição tributária, com a diminuição da alíquota de 17% para 12% do início da cadeia produtiva, o que fez com que o Estado explodisse em produção e em exportação.

Então esse conjunto de forças, Assembleia Legislativa, Poder Executivo, mais por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda, e todo o setor produtivo de Santa Catarina, faz com que os índices sejam bons, não são ótimos, mas são bons e estamos melhorando.

Nós agradecemos a participação de todas as senhoras Deputadas e de todos os senhores Deputados na audiência pública do dia de hoje e nos colocamos à disposição.

Muito obrigado, um bom-dia a todos, e nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira*]

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE**